


REF: espaço de resistência onde não somos submissas

REF: space of resistance where we are not submissive

REF: espacio de resistencia donde no somos sumisas

Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Os editoriais de uma revista contam sua história. Testemunham suas intenções (funções), constituem-se em importantes fontes de pesquisa sobre suas trajetórias, sua própria materialidade, objetivos, a comunicação dos temas que se propõem a tratar, os objetos das escritas/estudos que apresentam. E aqui estamos falando mais uma vez de uma revista que foi criada no Rio de Janeiro, com a participação de um coletivo de pesquisadoras da Região Sudeste do Brasil (e outras), com a função de,

...além de servir de canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres, (...) difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudos não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento (Lena LAVINAS, 1992, p. 3).

Na continuidade, Lavinas, sua primeira editora, esclarece que a revista é composta de artigos, dossiês, resenhas, informações, e que apresentaria traduções de artigos inovadores e relevantes de autoras de prestígio no campo dos estudos feministas, ao mesmo tempo que traria um encarte com a versão, para o inglês, de artigos importantes de autoras brasileiras publicados a cada número da revista, no intuito de divulgar a produção de nossas pesquisadoras, "...assegurando um real e promissor intercâmbio intelectual entre pesquisadoras(es) nacionais e estrangeiras(os)" (Idem).

A questão da internacionalização de conhecimentos já estava, assim, contemplada na proposta da Revista Estudos Feministas, no editorial de seu número zero, que trouxe a apresentação das seções que a compunham. A trajetória da REF, que foi criada como "um periódico não diretamente institucional" (Idem, p. 4), de um campo pluridisciplinar, está abundantemente narrada em suas páginas e em outros veículos (ver Luzinete Simões MINELLA, 2003; MINELLA; Miriam Pillar GROSSI; Carmem Vera Gonçalves Vieira RAMOS; Juliana Cavilha Mendes LOSSO, 2004; MINELLA, Cristina Scheibe WOLFF, 2008; WOLFF; Mara Coelho de Souza LAGO; Tânia Regina Oliveira RAMOS, 2013), em função da produção publicizada de numerosos encontros com trocas de experiências em publicações feministas. É conhecida a migração da REF, em 1998, para Florianópolis, na Região Sul do país, onde foi institucionalizada na Universidade Federal de Santa Catarina, recebida por um coletivo de pesquisadoras ligadas a diferentes Centros de Ensino, que posteriormente criaram o Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), o qual reuniu suas várias frentes de atividades. A edição da revista, atualmente em seu 33º volume, constitui importante frente de atuação do IEG.

Na UFSC, com apoio financeiro dependente de editais de CNPq e CAPES, acrescido eventualmente de algum auxílio de programas de pós-graduação, tendo como suporte técnico, nos últimos anos, o trabalho de bolsistas (muito eficiente, porém transitório) desde a aposentadoria

da excelente servidora técnica que foi posta à disposição do periódico quando de sua vinda para a instituição, e dependendo do trabalho voluntário do coletivo de pesquisadoras, a REF passou por uma “metamorfose editorial” (MINELLA, 2008), num esforço de maior divisão de tarefas entre o coletivo.

Assim, foram criadas várias editorias, a serem assumidas por um grupo de editoras, em novas seções que se acrescentaram às de artigos, dossiês, encartes, resenhas, registros, agenda, constantes do projeto inicial da revista, e ponto de vista, logo acrescentado a ela por suas criadoras. Temos agora as seções de artigos, ponto de vista (que abriga ensaios e entrevistas), dossiês, seções temáticas, seções de artigos temáticos, resenhas, que ficam sob a responsabilidade das editoras de artigos, editoras de entrevistas, editoras de dossiês e seções temáticas, editoras de resenhas. Cada uma dessas editorias tem cerca de quatro editoras, com exceção da editoria de artigos, com mais de uma dezena de componentes. A REF já contou também com uma editoria de debates, desativada pela aposentadoria das organizadoras/editoras da seção.

Ocasionalmente, a Revista Estudos Feministas apresenta uma seção especial, tendo publicado, inclusive, três números especiais, dois deles na sua “primeira fase, locação Rio de Janeiro” (Albertina COSTA, 2004), o número especial (segundo semestre, 1994), que reuniu “grande parte dos artigos apresentados no Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec” (LAVINAS, 1994, p. 7) e o *Special Issue* (primeiro semestre, 1999), que reuniu a versão, para o inglês, de artigos de pesquisadoras brasileiras sobre variados temas, contidos nos encartes dos números da REF publicados no Rio de Janeiro. O terceiro, volume 12, número especial, de 2004, trouxe artigos produzidos no I Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feministas, realizado pela REF, em 2003, na Ilha de Santa Catarina.

Foram publicadas três seções especiais, acrescidas da seção “Lélia Gonzalez Presente!”, que compõe este número da revista. As duas primeiras, publicadas no volume 16, número 1, de 2008, e, cinco anos depois, no volume 21, número 2, de 2013, estiveram voltadas para a divulgação dos textos resultantes das trocas de experiências e reflexões em encontros das responsáveis pelas edições da revista em sua primeira fase, e as editoras e pesquisadoras atuantes na segunda fase da REF em Florianópolis, celebrando, respectivamente, os 15 anos e 20 anos da continuada publicação do periódico. A terceira, *Special Section, Feminisms in Uncertain Times*, publicou em inglês textos de trabalhos e conferências apresentados por participantes do evento que reuniu, na UFSC, em 2017, o *13th Women's Worlds Congress*, e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos.

Não podemos, porém, a cada número de nossa Revista, deixar de lançar um olhar para nosso tempo, para o mundo e para o Brasil. Dois momentos aqui se fazem importantes como registro histórico e ético: o horrível genocídio em Gaza e a expansão da direita radical e do conservadorismo em relação à questão ambiental.

Em editoriais anteriores temos manifestado nossas preocupações com a escalada da violência em territórios onde os conflitos armados parecem ter ultrapassado os limites da crueldade humana. Na impossibilidade de abordá-los em conjunto, e sem desconsiderar a crítica situação da Ucrânia, numa guerra contra a invasão da Rússia, que se arrasta desde fevereiro de 2014, destacamos, neste Editorial, a gravidade da situação enfrentada pela população civil em Gaza. No Editorial do volume 32, número 2, de 2024 (MINELLA; RAMOS; LAGO; WOLFF, 2024), ressaltamos que o número de mortos, segundo organismos internacionais, tinha alcançado 36 mil pessoas; poucos meses depois, ao elaborarmos o Editorial do volume 33, número 1, de 2025 (MINELLA; LAGO; WOLFF; RAMOS, 2025), o número de mortos atingidos pelos sucessivos ataques da máquina de guerra do exército israelense foi estimado entre 47 mil; atualmente, segundo as fontes consultadas, esse número aumentou para 53 mil. A situação das crianças tem sido desesperadora. Segundo o Diretor Geral do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o Oriente Médio e o Norte da África, Edouard Beigbeder, em Declaração divulgada em 27 de maio do corrente ano, desde o final do cessar-fogo iniciado em janeiro e suspenso em março de 2025, até o momento, mais de 1.309 crianças foram mortas e 3.738 feridas. Isto significa que, desde o início da guerra, em outubro de 2023, 50.000 crianças foram mortas ou feridas (UNICEF, 2025).

As estimativas revelam que, no geral, mulheres e crianças constituem, desafortunadamente, os maiores segmentos da população atingida. Segmentos altamente vulneráveis, formados por pessoas famintas, doentes, feridas, vulneráveis, sem casa, sem alimentos, sem remédios e desarmadas. Entre uma ou outra frágil promessa de cessar-fogo, são justamente essas pessoas que pagam o preço mais alto de um confronto absurdo, cruel, desumano, no qual se destaca a enorme desproporcionalidade das forças.

Estarrecidas diante das imagens transmitidas pelas mídias, percebemos as dificuldades que tanto os fóruns internacionais quanto cidadãos e cidadãs comuns enfrentam nas tentativas de encontrar respostas para questões angustiantes: até quando os palestinos continuarão enterrando

seus mortos? Quantos sobreviverão? Em quais condições? Haverá um acordo possível? O que dizer diante do desespero das crianças e mulheres famintas, traumatizadas, chorando seus mortos, com pratos e panelas vazias nas extensas e tumultuadas filas por alimentos insuficientes para todos? Como explicar a frieza dos demais países, seus cálculos racionais, suas lógicas, suas propostas de ajuda que sempre chegam atrasadas, e quando chegam a tempo, o governo de Israel proíbe sua entrada por longos períodos? Por que as sanções impostas pelos países ocidentais ao governo israelense demoram tanto para acontecer? Por que o Conselho de Segurança da ONU parece ter perdido, ao longo das últimas décadas, sua capacidade de neutralizar os vetos das nações poderosas? Por que a entrada em cena do segundo governo Trump complicou ainda mais a situação na Palestina?

Sabemos que as guerras existem desde a Antiguidade. Nos livros de história e filosofia, por exemplo, bem como em artigos, noticiários, documentários, filmes etc., os conflitos armados entre nações ou em seu interior (as guerras civis) despontam como acontecimentos trágicos, com alta capacidade de destruição, capazes de ceifar milhares, às vezes milhões de vidas, enquanto redefinem fronteiras e realocam populações de modo arbitrário, gerando novas formas de submissão. No caso específico de Gaza, onde se entrecruzam e se retroalimentam as dimensões econômicas, políticas, identitárias, étnicas e religiosas, tudo indica que falta vontade política dos líderes envolvidos, inclusive dos aliados internacionais, em desenhar e consolidar acordos. Quem sabe, dentre outras razões, porque os palestinos são vistos como parte de segmentos da população que tem sido considerada pelas políticas excludentes como “não humanos”, como diria María Lugones (2014). Sabemos também que o reconhecimento dos seus direitos a um Estado próprio desconstruiria uma polarização altamente funcional para o projeto autoritário e expansionista das forças israelenses. Projeto apoiado no seu exército equipado com armas de longo alcance, teleguiado através de altas tecnologias de guerra e por homens armados até os dentes, chancelados pelo Estado e chamados de “soldados”. Eles podem matar, pois são guerreiros do bem. Do outro lado, sem a legitimidade de um Estado próprio, com armamentos precários, inferioridade numérica, além de outros limites, tem-se os “terroristas”. Ou seja: os “maus”, aqueles que, no âmbito das batalhas não apenas discursivas, nem deveriam existir.

Sem dúvida, desafortunadamente, a naturalização das guerras faz parte da expansão da extrema direita a níveis nunca vistos depois da II Guerra Mundial, cuja defesa das restrições das políticas sociais, das redes de proteção social, paralelamente ao ataque sistemático e violento aos direitos humanos, tem levado ao limite as ideologias ditas neoliberais.

No plano local, ao acompanhar as atividades do Congresso Nacional publicizadas pelas redes midiáticas, podemos testemunhar as posturas de muitas deputadas federais e algumas senadoras que, embora em significativa desvantagem numérica na eleição de parlamentares femininas nestas casas e dos ataques misóginos de que são vítimas contumazes, fazem-nos sentir muito orgulho por seu desempenho em defesa das pautas que importam. Num parlamento cujas discussões e posturas (de algumas mulheres, inclusive) nos envergonham e indignam, é um alento acompanharmos o trabalho das parlamentares (feministas todas) a quem nos referimos.

Com relação às ministras nomeadas pelo presidente Lula neste mandato, e nas quais depositamos altas expectativas, algumas já foram substituídas (Ministérios de Esporte, Saúde, Mulheres). Enfim, trata-se de um governo de coalizão... A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, já eleita para o parlamento e responsável por este ministério em outros tempos, é uma mulher da qual podemos nos orgulhar por sua dedicação à causa da preservação ambiental e dos povos que habitam as florestas e a Amazônia. Reconhecida internacionalmente, Marina trava luta diária pela preservação ambiental. Neste mês de maio, assistiu ao que caracteriza como “o golpe de morte no licenciamento ambiental no Brasil”, pela votação que aprovou, no Senado, o Projeto de Lei nº 2.159 (SENADO FEDERAL, 2021), o chamado PL da Devastação, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, capaz de causar degradação do meio ambiente. Em face da votação do projeto que tramita há quase 22 anos, na palavra da ministra, e estava há quatro anos parada no Congresso, Marina faz um veemente apelo à sociedade civil por uma “sustentabilidade política” da população, no sentido de impedir este retrocesso legislativo no país. Grandes prejudicados com este Projeto de Lei, no modo como está sendo aprovado, são os povos indígenas em função das mudanças nos limites de licenciamento ambiental; os povos tradicionais, defensores das florestas e do meio ambiente, cuja questão do Marco Temporal voltou a ser ameaçada pelo poder legislativo. Dessa forma, apesar de toda luta de Marina, como gostamos de a chamar, Marina Mulher e Ministra, corpo e alma, o PL da Devastação está dando uma espécie de ‘carta branca’ para a exploração predatória no Brasil, episódio que posteriormente culminou com a sessão do Senado, no dia 27 de maio de 2025, quando ela teve o microfone cortado e se retirou da sessão do Senado.¹ Parlamentares

¹ Em 27 de junho, a Ministra Marina da Silva foi agressivamente desrespeitada em audiência para a qual foi convidada, no Senado Federal. Foi agredida verbalmente por vários senadores. E só se ouviu uma voz para defendê-la, a de uma senadora mulher, Eliziane Gama.

ofenderam a ministra na Comissão de Infraestrutura do Senado. Em determinado momento, o senador Marcos Rogério, do PL, presidente da Comissão, disse que Marina deveria “se por no seu lugar” e o senador Plínio Valério, do PSDB, afirmou que respeitava a mulher, mas não a ministra. Com a dignidade que lhe é peculiar, Marina Silva defendeu que é necessária, antes, uma avaliação ambiental estratégica. Fazemos questão de registrar a resposta de Marina, antes de se retirar do plenário: “Eu digo com toda tranquilidade da alma, que isso tem uma mistura de técnica e de ética, porque eu não faço meu trabalho pensando nas próximas eleições. Eu faço meu trabalho com base naquilo que é a lei e pensando nas novas gerações” (Marina SILVA, 2025). Nós, feministas, teóricas do gênero, sentimo-nos machucadas e ofendidas pela misoginia no espaço que teria que ser a casa da democracia contra quem representa dignamente resistência. Resta, neste Editorial, nos somar a ela e dizermos: não somos submissas.

Deslocamos, agora, nosso olhar para a Seção Especial dedicada à Lélia Gonzalez neste número da REF, planejada e organizada por pesquisadoras de várias procedências, que homenageia agora, em 2025, esta importante teórica ativista brasileira, no ano que completa 90 anos de seu nascimento, em 1º de fevereiro de 1935.

Os artigos desta Seção abordam diferentes temas a partir das contribuições de Lélia para o entendimento das especificidades étnico-raciais e de classe da nossa sociedade: as conexões entre as populações negras e indígenas nas Américas; as semelhanças entre as perspectivas de Paulina Chiziane (2021) em *Niketche: uma história da poligamia* e de Lélia Gonzalez (1984) em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”; sua teoria crítica capaz de desafiar a hegemonia intelectual e biomédica brasileira, destacando os efeitos do colonialismo sobre a formação das sociedades; bem como suas reflexões sobre a produção literária de mulheres negras e indígenas brasileiras, a partir da categoria político-cultural *Amefricanidade*; a perspectiva interseccional de Lélia na análise da transição escola-trabalho entre jovens brasileiros/as; suas reflexões em diálogo com as teorias interseccionais mais recentes. Finalmente, a análise da experiência de tradução coletiva para o espanhol do livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia.

Além da Seção Especial, este número da revista também traz importantes e variados artigos. Com o objetivo de analisar a significativa emergência da variedade de artistas trans na cena musical contemporânea, autores e autora de “Sensibilidades e (in)visibilidades de artistas transviadas brasileiras” trazem reflexões proporcionadas por pesquisa realizada sobre o tema em diferentes fontes midiáticas do país (plataformas digitais e programas televisivos). Com acurada crítica às armadilhas da visibilidade midiática, o estudo alerta para o fato de que as representações promovidas pelos regimes de visibilidade funcionam em estrutura que reforça a hegemonia cisheterossexual, em renovado processo de normalização, resultando na exclusão de corpos trans divergentes, das novas formas de representações.

“Memória e ancestralidade em ‘Olhos d’água’, de Conceição Evaristo”, conto da obra de Conceição Evaristo (2016), é artigo que o compreende enquanto mecanismo de resgate da identidade da protagonista e do papel da memória ancestral quando inseridas num contexto de produção intelectual pós-colonial, bem como percebe a força ontológica exercida pelo corpo negro pelo viés da cosmopercepção.

O artigo “El doble rasero de género en la escena musical barcelonesa” tem como ponto de partida a apresentação de uma série de entrevistas consideradas semiestruturadas para aprofundar como se dá a experiência de trabalho de um conjunto de profissionais no setor musical na cidade de Barcelona, na Espanha. A partir do conceito de “doble rasero”, o artigo identifica os principais obstáculos que as mulheres enfrentam no desenvolvimento de suas carreiras, cercadas de enfrentamento de sexismo, discriminações e violência.

No artigo “El mito de las disidencias LGBTQIA+ en medios digitales chilenos”, a autora e autores se debruçam sobre as notícias sobre o dia internacional do orgulho LGBTQIA+ de 2022. Foram analisadas notícias dos principais meios de comunicação digitais do Chile, os mais lidos, e a partir destes, foi possível encontrar construções míticas sobre as dissidências sexuais, que variam desde perspectivas mais informadas e abertas, a outras mais intolerantes. De qualquer maneira, fica explícito que o discurso midiático, de maneira geral, obedece aos interesses dos grupos hegemônicos que monopolizam a forma como se constrói o modo como a sociedade entende e significa as pessoas LGBTQIA+.

Por sua vez, o artigo “Representações visuais da mulher e mobilização conservadora” aborda as representações das mulheres como expressões do discurso político e moral de um coletivo peruano de caráter conservador que se intitula *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM). Ao analisar as artes digitais, ou seja, imagens fixas compostas por desenhos, fotografias, emojis e textos, postadas pelo grupo em sua página do Facebook, são identificadas três representações que reforçam papéis sociais tradicionais e estereótipos de gênero: a mãe, a mulher do povo e a feminista.

O assustador incremento das taxas de violências contra as mulheres no país tem provocado um interesse especial das pesquisadoras e, por isso mesmo, continua ocupando um expressivo espaço de divulgação na REF. Neste número, dois artigos refletem sobre algumas

das suas especificidades. O primeiro deles, "Violência doméstica: crenças e o impacto de campanhas publicitárias", realizado com mulheres residentes em Portugal, analisa as crenças sobre a violência doméstica em suas relações com as campanhas publicitárias institucionais. Na sequência, o artigo intitulado "O Sistema de Informação e a Violência por Parceiro Íntimo" aborda o Sistema de Informação da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, focalizando a construção das estatísticas sobre esse tipo de violência, produzidas pelas instituições da Segurança Pública, observando seu alcance e seus limites.

O artigo "Cidadania masculina e paternidade na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)" aborda a licença paternidade na Assembleia Nacional Constituinte no período de redemocratização do Brasil. Ao analisar os discursos das subcomissões que discutiram a questão, a partir do Institucionalismo Discursivo, da Análise Crítica de Discurso e da perspectiva de gênero, as autoras mostram como a licença paternidade ficou ligada a uma concepção bastante limitada das relações de gênero e, especialmente, da masculinidade. Isso enseja a possibilidade futura de revisões sobre a licença paternidade.

O ensaio "Espírito militar, virilidade e a manifestação de sujeitos dissidentes: diálogos possíveis" traz uma reflexão sobre o conceito de espírito militar, no âmbito das forças armadas, articulando esta problematização aos estudos de gênero e diversidades. O texto trabalha com as contradições das normas estabelecidas nos contextos militarizados, que são considerados conservadores e permeados por lógicas cisheterossexistas, buscando compreender a cultura existente, mas também as resistências que envolvem a busca de direitos ligados à diversidade sexual e de gênero.

Na nossa política de importantes dossiês, este número conta com um dossiê temático que trata o tema das representações de gênero e da diversidade nos esportes, visando contribuir significativamente para o campo dos Estudos de Gênero, dos Feminismos e da Teoria Queer, ampliando o entendimento sobre como identidades, sexualidades e corpos diversos participam e desafiam as práticas e representações esportivas. Ao reunir pesquisas e análises que investigam as dinâmicas de inclusão, exclusão e marginalização nas arenas esportivas, o dossiê pode proporcionar *insights* valiosos para a compreensão das formas de resistência e inovação no esporte. Assim, ele abre espaço para uma discussão aprofundada sobre como mulheres, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAPN+ reivindicam visibilidade e ocupam lugares historicamente negados ou marginalizados.

Mais uma vez nossa seção de resenhas desafia saberes disciplinares ao trazer resultados de leituras inovadoras e avançadas sobre narrativas que falam de racismo, de falocentrismo, de opressões urbanas, de memórias e políticas de gênero, de direitos LGBT+ e a importante leitura ensaística de bell hooks sobre pessoas negras e o amor ou o amor em pessoas negras. Estas leituras revelam importantes campos de disputas, como toda prática social, sem desejarem, porém, respostas ou soluções. Reside aí a base da bibliografia feminista e de gênero das resenhas selecionadas a cada número.

Referências

COSTA, Albertina de Oliveira. "Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro". *Revista Estudos Feministas*, v. 12, número especial, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/r7SZBr445SyL6BxHK73tbDS/>.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

LAVINAS, Lena. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, n. 0, p. 3, 1992. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15798/14291>.

LAVINAS, Lena. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, número especial, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16088/14632>.

GONZALEZ, Léila. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznz>. Acesso em 11/05/2016.

MINELLA, Luzinete Simões. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/w9Fr8JNdV9ZqCRMfYdB6C/?lang=pt>.

MINELLA, Luzinete Simões; GROSSI, Miriam Pillar; RAMOS, Carmem Vera Gonçalves Vieira; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. "Feminismos e publicações: pulsações de teorias e movimentos".

Revista Estudos Feministas, v. 12, número especial, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/kk5pkF3Jd5tCQFcGdsWZ7rD/?lang=pt>.

MINELLA, Luzinete Simões; WOLFF, Cristina Scheibe. "A REF celebra uma década e meia". *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/BM3rHtD8VgKWStq7KPhQxRH/?lang=pt>.

MINELLA, Luzinete Simões. "Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial". *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/hm4Xy4Z4V7QYVsXFQgVwDYp/?lang=pt>.

MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Feminismos contra calamidades, guerras e conservadorismos". *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 2, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/TSpJwYQYyHqjqt4NPJkhTd/?lang=pt>.

SENADO FEDERAL. *Lei nº 2.159*, de 2021. Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências. Explicação da Ementa: Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Brasília, 2021. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148785>.

SILVA, Marina. [Fala]. In: SENADO FEDERAL. Notas Taquigráficas. "27/05/2025 – 12ª – Comissão de Serviços de Infraestrutura". *Senado Federal*, 2025. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/t/13470>.

UNICEF. UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (Fundo das Nações Unidas para a Infância). "Horrores inimagináveis': mais de 50.000 crianças supostamente mortas ou feridas na Faixa de Gaza". UNICEF, 2025. (Declaração do Diretor Regional do UNICEF para o Oriente Médio e Norte da África, Edouard Beigbeder) Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/horrores-inimaginaveis-mais-de-50000-criancas-supostamente-mortas-ou-feridas-na-faixa-de-gaza>.

WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/trdhdh96pL5pJKM4MnYyKRd/?lang=pt>.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago7@gmail.com), doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), é Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da UFSC, instituição que a agraciou com o título de Professora Emérita. Como professora voluntária, continuou atuando (2010-2023) nos quadros de docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Atualmente, participa do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas. Seus interesses de pesquisa e docência se relacionam a estudos feministas e de gênero, psicologia social, psicanálise, antropologia, interdisciplinaridade, com publicações de livro, coletâneas e artigos voltados para esses campos de conhecimentos.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos, destaca a coordenação editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer

parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas Uniletras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje, Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Cristina Scheibe Wolff (cristiawolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes, Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizados na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. "REF: espaço de resistência onde não somos submissas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 2, e107480, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 12/06/2025

Aceito em 13/06/2025